



A Concepção de Imprensa Brasileira no Século XX: A visão de Rui, Jobim, Beltrão e Lacerda¹

Maria de Jesus Daiane Rufino Leal²
Rose Mara Vidal de Souza³
Universidade Metodista de São Paulo

RESUMO

O Jornalismo brasileiro vem se afirmando como uma área de vanguarda. Assumindo esse pressuposto, o presente artigo enfatiza o pensamento do grupo de jornalistas ‘observadores’, conforme classificação de José Marques de Melo⁴. Nesse período o jornalismo nacional, representado pelos intelectuais modernistas desafia a ofensiva nacionalista das vanguardas políticas que entram em cena no processo de modernização econômica e democratização do poder. Do ponto de vista metodológico, o estudo tem por base, pesquisa bibliográfica e estudos comparados. Os jornalistas-pensadores que foram analisados neste texto (Rui Barbosa, Danton Jobim, Carlos Lacerda e Luiz Beltrão) foram o fio condutor para o “pensar” brasileiro do jornalismo no século XX. O estudo conclui que estes jornalistas pensaram acima de tudo o Brasil, a realidade de seu país. Contribuíram para a formação de um pensamento jornalístico brasileiro que, mesmo miscigenado de influências tantas, traduz na solidificação e o respeito internacional.

Palavras-Chave: Jornalismo brasileiro; história do jornalismo; pensamento comunicacional; imprensa.

Introdução

O estudo do conhecimento comunicacional produzido no Brasil, cujas raízes estão encaixadas nos estudos precursores do final do século XIX e começo XX, caracteriza-se pela diversidade temática (imprensa, radiodifusão, cinema, novas mídias)

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com pós-graduação Lato Sensu em Telejornalismo pela Universidade Federal do Piauí, graduada em jornalismo pela Universidade Federal do Piauí. daianerufino@yahoo.com.br

³ Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com MBA em Marketing Político pela Universidade Católica de Brasília, graduada em jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins.rosevidal@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Ciências da Comunicação, professor Emérito da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Titular da Cátedra UNESCO/Umesp de Comunicação para o Desenvolvimento Regional.



e também pela pluralidade genealógica. A influência brasileira poderia ter sido mais intensa não fosse o bloqueio lingüístico decorrente do desconforto que os intelectuais dos países hispânicos demonstram em relação ao pensamento comunicacional codificado em língua portuguesa (Melo, 2003).

A projeção do pensamento comunicacional brasileiro na América Latina ganha maior legitimidade através a inclusão das teses, metodologias e formulações empíricas nos programas de ensino e pesquisa de várias universidades da região. Trata-se de uma tendência que catalisa o interesse latino-americano pela originalidade e criatividade dos produtos midiáticos gerados pela nossa indústria cultural. E, ao mesmo tempo, sua disponibilidade para analisar empaticamente nossa capacidade de inovar hibridizando signo, mesclando conteúdos, rompendo bloqueios cognitivos (Melo, 2003).

Singulares personagens da imprensa brasileira construíram importante legado reflexivo sobre as práticas jornalísticas de suas épocas e, com idéias contemporâneas, formularam concepções intelectuais que servem até os dias atuais para compreender a área comunicacional, seja nas práticas de mercado, seja na academia.

Através da descrição do pensamento jornalístico dos personagens Rui Barbosa, Danton Jobim, Luiz Beltrão e Carlos Lacerda, este artigo traça um perfil do comportamento da nossa imprensa no século XX. Para apresentar este pensamento recorre-se a obras escritas por eles durante sua atividade profissional ou acadêmica, relacionando esta produção com o contexto histórico em que estavam inseridos.

RUI BARBOSA E O IDEAL DE UMA IMPRENSA LIVRE

O baiano Rui Barbosa acompanhou de perto a transição do regime monárquico para o republicano no Brasil. Tão perto estava destas transformações que passou a história como um dos principais defensores da nova forma de governo, embora inicialmente tenha sido um monarquista.

Político-jornalista entendia a imprensa como uma instituição social dotada de super-poderes para designar os destinos de uma Nação e de seu povo. Foi acreditando neste poder que Rui Barbosa fez uso da imprensa para propagar suas idéias e opiniões acerca dos problemas políticos e sociais do país.

“A imprensa é a vista da Nação. Por ela é que a Nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonogam, ou roubam, percebe onde lhe alveja, ou nodoam, mede o que lhe



cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça”.

Este é um trecho do seu discurso “*A Imprensa e o Dever da Verdade*” publicado na coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro (1990) pela Edusp. Uma obra significativa que, mesmo carregada de valores idealistas sobre a imprensa, defende princípios éticos e democráticos bem realistas e necessários.

Rui Barbosa não chegou a ler o discurso que escreveu sobre a imprensa, em função de sua saúde já debilitada. A conferência foi editada na Bahia em 1920 e foi lida por João Mangabeira.

Esta obra sintetiza os principais pensamentos que Rui Barbosa tinha sobre a imprensa, o jornalismo, os jornalistas e a relação destes com os governos. Nestas três abordagens, Rui centralizou a sua argumentação na defesa da liberdade de imprensa: liberdade dos periódicos, liberdade de pensamentos dos jornalistas e toda liberdade em relação ao governo.

Rui se apresentava como um exemplo de jornalista livre: não recebia para escrever e se definia como um “pregador excomungado pelos ortodoxos do poder e seus asseclas”. Os conceitos de liberdade dos tempos de Rui Barbosa para os nossos dias mudaram muito, não seria mais função do jornalista ‘pregar’ conceitos e levantar bandeiras, como o fez o baiano.

Rui Barbosa nasceu em 1849 e faleceu em 1923. A sua atividade jornalística foi intermitente, alternada com sua intensa atuação na política. Nela exerceu mandatos de deputado, vice-chefe do Governo Provisório, ministro da Fazenda e senador. Foi candidato a presidência da República por quatro vezes, em 1905, 1909, 1913 e 1919. Foi ainda Embaixador Extraordinário, Ministro Plenipotenciário e Delegado do Brasil na Segunda Conferência da Paz, em Haia, onde teve reconhecimento internacional por sua atuação.

No jornalismo Rui começou na Bahia, em 1868, colaborando em *O Ipiranga*, *O Independência e Imprensa Acadêmica*. No ano de 1869 fundou em São Paulo, com Luís Gama, Bernardino Pamplona, Benedito Ottoni e Américo de Moura, *O Radical Paulistano*.

De 1872 a 1878, ainda na Bahia, colaborou com o *Diário da Bahia* (órgão do Partido Liberal), onde permanece até 1878. Atuou ainda em 1884 em *O Pai*; em 1889 foi para o *Diário de Notícias*. No ano de 1893 assume o cargo de redator chefe de *A Imprensa*.



Da época de Rui Barbosa aos dias de hoje, a imprensa de todo o mundo se reinventou, modificando conceitos, reformulando práticas. As mudanças, entretanto, não reduzem a importância de Rui na luta pela liberdade de imprensa, uma de suas principais bandeiras, que não foi conquistada por completo, o que mudaram foram as concepções de como deve ser esta liberdade.

Novas práticas do jornalismo, que mais a frente concederam a este campo maior liberdade, foram renegadas por Rui Barbosa no passado. A industrialização dos meios de comunicação foi vista pelo republicano como uma ameaça ao direito de informação da nação. Décadas depois, foi justamente a industrialização que possibilitou maior profissionalismo e menor dependência da imprensa ao governo.

Autor da primeira constituição republicana brasileira, Rui Barbosa colocava a imprensa e a democracia como entes interligados e dependentes: para existir plenamente, a democracia deve permitir uma imprensa livre.

“Um país de imprensa degenerada ou degenerescente é, portanto, um país cego e um país miasmado, um país de idéias falsas e sentimentos pervertidos, um país, que, explorado na sua consciência, não poderá lutar com os vícios, que lhe exploram as instituições”.

Ele denunciou publicamente as relações promíscuas entre governos e imprensa. Criticou os homens de imprensa que “silenciavam diante dos subornos” e atacou a República que ajudou a formar. Pois, para ele, a República se consagrou no culto da mentira, um problema para a democracia.

“[...] se adoça com o nome de “subvenção”, com a indulgência deste honesto eufemismo, a dilapidação e o peculato cometidos, com rosto sereno e mãos largas, pelos governos que assalariam jornais, quando (toda a gente o sabe) por tal nome, pelo nome de *subvenção*, familiar no uso jurídico, administrativo e político, nunca se designou senão o auxílio legal, outorgado legalmente a quem por lei se pode outorgar”. (p.33)

Além da defesa da liberdade de imprensa e da República, Rui Barbosa usou sua eloquência e persuasão em prol do abolicionismo, de eleições diretas, da liberdade religiosa, do federalismo, civilismo, constitucionalismo e pelo pacifismo.

Cultivou inimigos em sua época e, até os dias de hoje, não se eximiu das críticas sobre sua condução política e jornalística. Magalhães (*apud* MARQUES DE MELO, 1997), por exemplo, ironiza o estilo do texto de Rui Barbosa. “Vez por outra, falta de assunto, queria brilhar pela forma bombástica, pelo estilo castigado, pela riqueza vocabular, escrevendo bonito, para deslumbrar os leitores, num gasto pródigo de palavras raras (...)”.



Marques de Melo (2003) destaca a capacidade de argumentação de Rui Barbosa, “fascinando o leitor pela retórica da sedução e do conhecimento”. A outra característica do seu jornalismo, apontada por Marques de Melo é a atitude civilizadora com que desenvolveu suas campanhas e combates. “Uma postura ética que traduzia coragem e paixão, mas conferia pleno respeito humano ao interlocutor”. (p.81)

O marco maior da passagem de Rui Barbosa pela imprensa, registrada por historiadores e pesquisadores da comunicação e do jornalismo, foi a atuação do político na defesa de suas idéias. A imprensa foi a tribuna propícia para seus discursos, foi palanque para seus desabafos revoltosos, foi palco para a conquista de seguidores.

Barbosa Lima Sobrinho (*apud* MARQUES DE MELO, 1997) explica bem o que representava os jornais para Rui Barbosa, a quem chamou de “doutrinador”.

A Rui Barbosa o que interessava era ter nas colunas dos periódicos, a tribuna de que precisava, para a defesa de suas idéias... O que vale dizer que não foi, e não quis ser um jornalista profissional. Foi sim, um doutrinador que, louvando a política como ‘ciência das transações’ que conciliavam divergências, usava as tribunas de que dispunha para a defesa de opiniões, que sempre ficavam acima de todas as transigências. (p XIV)

Como jornalista deixou lições para toda a sociedade, noções de direito do cidadão e de democracia para o país. Ao se observar a obra de Rui Barbosa com os olhos de quem vivenciou a transição para a República, a primeira experiência democrática no Brasil, enxerga o poder de seus argumentos e a validade de suas bandeiras. Enxerga-se o bem que fez para as gerações que o sucedeu.

DANTON JOBIM: A GÊNESE DA PESQUISA EM JORNALISMO

A institucionalização da comunicação na academia e sua valorização como campo de pesquisa é recente no Brasil. As primeiras tentativas para formação de um centro de pesquisas na área partiram do jornalista e professor Danton Jobim. Este paulista, que viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, foi responsável por implementar inovações na imprensa brasileira e por promover estudos de jornalismo no país.

Danton Jobim nasceu no começo do século XX, em 1906 e faleceu repentinamente em 1978, no cargo de presidente da Associação Brasileira de Imprensa-ABI. A causa da morte repentina nunca foi esclarecida.



Os seus 72 anos de vida tiveram efervescente produção intelectual, não somente na academia, mas nos jornais onde trabalhou, em instituições e também na política, no cargo de senador, que exerceu nos últimos anos de sua vida.

Em 1958, ele idealizou a criação de um Instituto de Estudos e Pesquisas sobre a Informação, à semelhança do instituto Francês de Imprensa, então dirigido por Jacques Kayser, que ele visitara no ano anterior, quando fora convidado para proferir uma série de conferências na Universidade de Sorbonne.

A finalidade deste Instituto seria a de estudar e interpretar a informação no Brasil sob seus diversos aspectos através de pesquisas. Catedrático do Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, Danton Jobim manifestara essa idéia em conferência pronunciada na Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas.

A situação sócio política porque passava o Brasil da Ditadura Militar impediram a realização de muitas ações na academia e acabou também por atrapalhar os planos de Jobim. Coube a Luiz Beltrão a oportunidade de concretizar algumas das iniciativas vislumbradas por ele no campo dos estudos científicos do Jornalismo.

Mesmo com os impedimentos de ordem política, Danton Jobim plantou a semente da árvore da pesquisa em jornalismo brasileiro. Seu reconhecimento internacional também contribuiu para a formação futura da construção de espaço acadêmico conhecido como Escola Latino Americana.

Marques de Melo (2008) intitula Danton Jobim como ‘precursor’ quanto a sua atuação na academia. “Certamente suas idéias e propostas influíram de modo decisivo na geração dos diplomados em jornalismo que optou pelo trabalho acadêmico”. (p.160).

Segundo o autor, na universidade ele continuou defendendo a causa social da liberdade de imprensa e da democracia. Uma correlação com sua atuação no mercado profissional e à frente da Associação Brasileira de Imprensa-ABI.

A exemplo de Rui Barbosa, Danton Jobim condicionou a idéia de liberdade de imprensa à existência de governos democráticos. “Somente num clima de tolerância política pode haver informação livre. Imprensa livre depende diretamente de um governo democrático”. (JOBIM, 1992)

No livro *Espírito do Jornalismo*, que reúne a tradução de suas conferências parisienses e outros ensaios, Danton Jobim deixou em papel um legado importante para os jornalistas. A obra reflete sobre a função da imprensa e do jornalista. Discute sobre jornalismo e história, jornalismo e literatura, liberdade de imprensa, opinião pública,



modelos de jornalismo americano e francês, ensino, ética profissional e técnica jornalística.

Danton Jobim apresenta com clareza e simplicidade, característico de seu estilo moderno, como estas questões estão relacionadas entre si e contribuem para um jornalismo melhor.

A reforma no jornalismo

Defensor da objetividade no texto jornalístico, Danton Jobim foi um dos responsáveis pela reforma na imprensa brasileira, iniciada no jornal *Diário Carioca*, na década de 50, e depois implementada por outros periódicos.

Entre as inovações estavam à adoção do *lide* baseado no modelo norte-americano. Para Jobim (1992) o jornalismo norte-americano “[...] É, certamente, o que mais se esmera em fornecer informação objetiva. E o mais admirável é que isso se deve a um longo trabalho de educação. Educação do jornalista, sem dúvida, mas, sobretudo, educação do leitor” (p.127).

Danton Jobim lutou pela concisão, pela simplicidade, pela exatidão, pela objetividade, pelo método no jornalismo. Estas premissas seriam, segundo ele, fundamentais para a conquista do respeito do leitor, dos anunciantes e consequentemente para a liberdade de imprensa.

Além de estar condicionada a existência de governos democráticos, o caminho para esta liberdade estaria relacionado à profissionalização do mercado de trabalho e a industrialização das empresas jornalísticas. A independência financeira dos jornais em relação aos governos propiciaria maior liberdade.

Jobim rebateu os críticos do sistema capitalistas que dizem que nunca haverá imprensa totalmente livre, em função dos interesses de seus proprietários, Ele acreditou que a imprensa como grande empresa industrial está mais imune a interferências.

O jornalista exaltou a liberdade de imprensa como instrumento benéfico ao povo e a nação, mas pediu que se evitassem exageros em relação ao poder do papel desta imprensa, tão exaltada por Rui Barbosa. Para Jobim (1992) “nenhum jornal tem força para mudar, por si mesmo, a sorte de um povo”.

No prefácio de *Espírito do Jornalismo*, Carlos Eduardo Lins da Silva (1992) diz que a passagem de Danton Jobim pela direção do *Diário Carioca* “[...] transformou a face da imprensa brasileira, introduzindo-a na modernidade. Foi lá que o estilo de texto contemporâneo se impôs [...]”.



O texto objetivo também contribuiria para se alcançar a ética no exercício profissional. Na concepção de Danton Jobim todos os fatos devem ser publicados “[...] desde que interessem verdadeiramente ao leitor, desde que possam contribuir para que ele conheça o seu tempo e a sociedade em que vive. Em verdade, não há fato imoral em si mesmo. Imoral pode ser o modo de relatá-lo e apresentá-lo ao público”. (p.65).

Nem todas as proposições de Danton Jobim para o jornalismo foram aplicadas. A sua obra deve ser entendida como uma reunião de bons conselhos, ainda muito atuais, para o exercício de um bom jornalismo. Na área da pesquisa e do ensino, muitos de seus questionamentos continuam sem respostas.

Em sua época ele disse que os progressos técnicos influenciaram o trabalho jornalístico. Aumentou a pressão do tempo sobre o trabalho e o estilo do jornalismo sofreu alterações. Nos dias de hoje o fator tempo continua permeando as discussões sobre a produção jornalística nos diversos meios.

Muitas são as perguntas, ainda sem respostas. As propostas de Jobim para o estudo da cultura e do jornalismo podem significar um apelo aos estudantes e pesquisadores para prosseguirem nesta empreitada em busca das respostas.

Entre as proposições estão: a função e influencia do rádio num país de grande percentagem de analfabetos; a penetração do rádio e da televisão na audiência em relação aos jornais; a politização dos magazines e a influencia na orientação da opinião pública; a propriedade financeira de jornais e revistas; o tratamento reservados nos jornais a cada classe de notícias; a influência dos interesses dos grandes anunciantes na orientação dos jornais; o comportamento dos leitores dos jornais; a influência de determinadas notícias na venda de jornais e em que medida o leitor crer no seu jornal.

O ensino de graduação em jornalismo no Brasil precisa revisitar as obras de Danton Jobim para absorver as lições deixadas por ele. É preciso abandonar a visão romântica da profissão, detectada por Jobim, como típica da América Latina. É preciso apresentar aos alunos uma visão real de jornalismo, este não como ente acima do bem e do mal, mas como profissão inserida em uma lógica social permeada de fatores tecnológicos e financeiros, sem deixar de lado as concepções de ética e a busca da liberdade.

LUIZ BELTRÃO: REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA



Com defesas veementes da formação específica dos jornalistas, o pernambucano Luiz Beltrão de Andrade Lima (1918-1986) foi pioneiro na busca da regulamentação profissional para a categoria.

Com um legado inteiramente dedicado ao jornalismo, atividade que iniciou em 1936, na reportagem do Diário de Pernambuco. Atuou em vários órgãos da imprensa pernambucana e tornou-se líder sindical da categoria, alcançando projeção nacional. Ao participar de congressos jornalísticos no país e no exterior, escreveu ensaios e monografias em que refletiu criticamente sua profissão e seu impacto na sociedade.

Na época em que foi escrito o clássico *“Iniciação à Filosofia do Jornalismo”* (1960), o autor acreditava que deveria haver formação de nível superior, mesmo que não fosse exatamente em jornalismo. Para a época a profissão era um “bico”.

Ele considerava que as elites dirigentes brasileiras tinham despreço pela categoria. Elas (as elites) investiam em todos os setores, menos em montagem de fábricas de máquinas e peças gráficas, transmissores e receptores de rádio e televisão, projetores de cinema, aumento da produção de papel imprensa, de películas de celulóide e outras matérias-primas de que necessitam os veículos jornalísticos para cobrir com eficiência o vasto território nacional.

Com efeito, as deficiências da formação profissional dos jornalistas brasileiros, numa época em que todos os ofícios exigiam preparo e especialização, imprimem o seu espírito um complexo de inferioridade, que se manifesta na desorientação, no baixo nível cultural e mesmo técnico do nosso jornalismo, na falsa concepção de direitos e deveres dos nossos órgãos de divulgação. Improvisam-se jornalistas e técnicos de jornal à base, apenas, de um período de treinamento nas redações ou na reportagem (BELTRÃO, 1990, p.30).

Beltrão chama atenção para um dos fatores que se repete até os dias atuais. “Qualquer semiletrado se arvora em profissional, na maioria dos casos atraídos pelo “prestígio” de que gozará e pelos teóricos privilégios que o Estado lhe confere” (BELTRÃO, 1990, p.30). Ele enfatiza que é direito da sociedade receber informação apurada por profissionais com formação teórica, técnica e ética, capacitados a exercer um jornalismo que efetivamente dê visibilidade pública aos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas.

Para ele, os brasileiros merecem um jornalista que seja de fato e de direito, profissional, que esteja em constante aperfeiçoamento e que assuma responsabilidades no cumprimento de seu papel social.



A manutenção da exigência de formação de nível superior específica para o exercício da profissão, portanto, representa um avanço no difícil equilíbrio entre interesses privados e o direito da sociedade à informação livre, plural e democrática. Beltrão enfatizava este problema ao Brasil. Ele afirma que enquanto em todo o mundo procura-se educar o jornalista para o exercício da liberdade e da profissão, entre nós relega-se a plano secundário a sua formação científica e técnica.

Com o livro *Iniciação a Filosofia do Jornalismo*, Beltrão abriu caminho para uma literatura jornalística especializada, didática, que adotava como referência os principais conceitos da bibliografia internacional, adaptados à realidade nacional.

A trilogia *A imprensa Informativa* (São Paulo, Folco Masucci, 1969); *Jornalismo Interpretativo* (Porto Alegre, Sulina, 1976) e *Jornalismo Opinativo* (Porto Alegre, Sulina, 1980); mais *Técnicas de jornal*, publicado pelo Ciespal em 1964, demonstram a preocupação de Luiz Beltrão na sistematização do conhecimento oferecido em suas aulas, como docente em diversas faculdades de comunicação.

Em *O jornalismo Interpretativo* retoma a prática de associar o ensino à pesquisa, voltando às técnicas de jornalismo comparado (análise morfológica e de conteúdo), para revelar os aspectos do jornalismo interpretativo que estava sendo praticado na ocasião.

Beltrão ainda escreveu sobre *Teorias da Comunicação de Massa* e foi o primeiro brasileiro a criar uma teoria de comunicação. Em 1980, publicou *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*, no qual discute a separação e até o confronto entre dois sistemas de comunicação: o da elite aquele do qual fazemos parte, os que temos acesso ao livro, aos meios de comunicação digitais, à informação pública; e, o outro, o dos abandonados, os sem-livros, sem vez, sem voz, os excluídos.

A atualidade dos estudos desse pioneiro tem suscitado diversos grupos de pesquisa não só no Brasil, mas em países da Europa. Em Portugal os estudos Folkcomunicacionais foram incorporados como patrimônio cultural brasileiro, nos campos das pesquisas da Lusofonia.

Em 1985 ficou paralítico das pernas devido a um acidente vascular cerebral ocorrido no palco, quando dramatizava um conto para cerca de 40 pessoas na pequena sede da Associação Nacional de Escritores em Brasília, da qual era diretor.

Mesmo em cadeiras de rodas e contra expressas ordens médicas, lançou Subsídios para uma teoria da comunicação de massa, com grande festa no auditório de Centro Universitário de Brasília. No dia 24 de outubro de 1986, aos 68 anos, morreu no



Hospital das Forças Armadas, na capital da República, deixando um imenso legado intelectual.

CARLOS LACERDA E O CETICISMO INDIGNADO FRENTE AO JORNALISMO DA SUA ÉPOCA

Carlos Lacerda é uma das personalidades emblemáticas da nossa história, seja na área política, como no jornalismo. Ele nasceu no Rio de Janeiro, mas foi registrado como tendo nascido em Vassouras, cidade onde seu avô residia e onde seu pai tinha grandes interesses políticos. Recebeu o nome de Carlos Frederico como homenagem aos pensadores Karl Marx e Friedrich Engels.

O jornalista Carlos Lacerda editava o jornal "Tribuna da Imprensa". De família política, sempre frequentou o meio, inclusive faltava aulas para assistir os debates políticos que seu pai, Maurício Lacerda, participava como vereador na cidade do Rio de Janeiro. O interessante é que, apesar de reconhecer que foi criado nesse clima, Lacerda afirma que o jornalismo foi crucial para o caminho escolhido:

Depois o jornalismo me levou, naturalmente, a um tal contato com a política que acabou importando numa espécie de compromisso: à força de dizer todos os dias, num jornal, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las. Entrei no jornalismo acho que por falta de vocação para qualquer outra coisa (LACERDA; 1978, p.28).

No livro *Missão da Imprensa*, Carlos Lacerda expressa vigorosamente todo o ceticismo indignado da sua geração frente ao moderno padrão jornalístico que se afirma em todo o país na segunda metade do século XX. O autor faz um discurso contra o sensacionalismo, o mercantilismo ou a partidarização dos jornais, condenando também as “relações perigosas” entre os jornalistas e o poder, que inevitavelmente conduzem a cenas de corrupção implícita e domesticação explícita.

“O segredo do Jornalismo consiste, a meu ver, em tomar muito a sério os fatos cotidianos, sem ao mesmo tempo perder a perspectiva da relativa desimportância de tais fatos em face do tempo. Essa combinação de atualidade e permanência é que dá conteúdo ao Jornalismo, na medida em que esses dois é que dá conteúdo ao Jornalismo, na medida em que esses dois fatores se combinam para formar a substância do jornal” (LACERDA, 1990, p. 35).



Carlos Lacerda mantém seu viés opinativo, construtor de um discurso para uma linha política bastante definida no contexto brasileiro do período entre as ditaduras: o *udenismo*⁵, e mais especificamente, o *lacerdismo*⁶. O jornalista Alberto Dines comenta “[...] 1952, e aqui entra a imprensa mais fortemente na minha vida, foi o ano de ouro do Jornalismo brasileiro. Quando eu digo 1952, é 1951, esse período... um ano alargado. Mas foi um ano de ouro da imprensa brasileira porque houve a reforma do Diário Carioca, logo depois tinha surgido a Tribuna da Imprensa, do Carlos Lacerda que fazia um excelente jornalismo, muito panfletário, politizado, reacionário, mas de grande padrão, de alto nível”(DINES, 2002, p.3).

Fiel seguidor de Rui Barbosa e Alceu de Amoroso Lima, Lacerda não encampava a idéia da formação profissional do jornalista e sim de ser vocacionado. “Mas um jornalista não se reconhece pelos títulos que ostenta ou mesmo pelo que chega a escrever e sim pela capacidade que tem de se entregar inteiramente à sua função”(LACERDA, 1990, p.33).

Uma das maiores heranças que Lacerda deixa é sem dúvida a coragem editorial que fazia para sua época. “Se nossa imprensa está ruim, a culpa não é dos que não a lêem e sim, precisamente, das elites que leem, que escrevem, que se esquivam, que se furtam – e que furtam!” (LACERDA, 1990, P. 40).

O CERNE DOS PENSAMENTOS

O questionamento sobre o fazer jornalístico legado na produção intelectual de Rui Barbosa, Danton Jobim, Luiz Beltrão e Carlos Lacerda modificou conceitos e contribuiu para o fortalecimento profissional da imprensa e para a legitimação do jornalismo como área do conhecimento.

A figura do jornalista, enquanto ator social, portanto responsável com a realidade em que atua, foi discutida por estes quatro pensadores. Ambos enfocaram o papel importante deste profissional para a imprensa. Danton Jobim e Luiz Beltrão, com trabalho reconhecido na academia, defenderam a profissionalização do jornalismo, a valorização dos profissionais e a formação humana e ética.

Rui Barbosa e Carlos Lacerda imprimiram um discurso crítico em relação aos meios de comunicação e aos homens de imprensa. Para ambos a imprensa era a ‘vista’

⁵ Udenismo – Movimento relativo a UDN – União Democrática Nacional

⁶ Lacerdismo – Movimento nascido na imprensa, a partir de 1949, com o jornalista Carlos Lacerda através do seu jornal, *A Tribuna da Imprensa*.



da nação e, por isso, o jornalista representa esse olhar de interpretação sobre a sociedade. O jornalista é, portanto, um super herói, um cidadão que deve ter coragem para enfrentar as disparidades do poder, não se subjugando a ele e representar o seu povo, o bem e o justo.

Para Danton Jobim, o profissional de imprensa deve ser qualificado através do ensino, uma formação que valorize a ética. O jornalista é um profissional inserido em um mercado de trabalho que exige dom, mas que exige boa formação e capacitação. Luiz Beltrão demonstrou preocupação com a sistematização do conhecimento oferecido em universidades e produziu vasta obra em que organiza estas informações.

Dentro da formação e no exercício profissional do dia a dia, a ética foi descrita por estes pensadores como algo imprescindível. Jobim defendeu a livre publicação de qualquer acontecimento e disse que a ética profissional estava relacionada com a forma de contar os fatos. Com um olhar mais romântico do jornalismo, Rui Barbosa acreditou na ética profissional como uma devoção a atividade de contar fatos e defender bandeiras.

Lacerda faz um discurso mais crítico em relação ao comportamento dos jornais, se posicionou contra o sensacionalismo, o mercantilismo ou a partidarização da imprensa e condenou as “relações perigosas” entre os jornalistas e o poder, causa, segundo ele da corrupção e ‘domesticação’ dos profissionais. Luiz Beltrão relacionou ética com a formação acadêmica e com um jornalismo que dê visibilidade pública aos fatos e opiniões contemporâneas.

Estes quatro pensadores que analisamos aqui dedicaram parte do seu trabalho para o social, ambos acreditavam na imprensa de responsabilidades com a comunidade e, principalmente, com os destinos do país. Com exceção de Danton Jobim, o menos romântico deles, os outros três viam na comunicação uma forma de participação social.

Mesmo com visão idealista, Rui Barbosa e Carlos Lacerda não foram ingênuos e, percebendo o poder da imprensa perante a população, usaram-na para atingir a outra paixão de suas vidas: a política. Estes dois amores: jornalismo e política, ora apareciam como esposas, ora como amantes, na vida destes dois homens públicos.

Rui Barbosa tinha uma carreira jornalística intermitente, alternava a atuação nos jornais com as atividades e campanhas políticas. Carlos Lacerda usou a imprensa para construir laços políticos e fazer oposição a Getúlio Vargas. Para os dois, a imprensa também foi uma escada para o poder.



Danton Jobim também seguiu passos na política, mas somente depois de desilusões na academia, foi, antes de mais, nada um jornalista e professor e, somente depois, alçou vãos para o Senado Federal.

Luiz Beltrão aparece como o mais humanista dentre eles, na sua atividade intelectual contribuiu para construção do olhar da comunicação para o social, através da teoria *Folkcomunicação*, criada por ele, incluiu os marginalizados no grupo de estudos das ciências comunicacionais. Nesta teoria ele divide a comunicação em dois sistemas: o da elite e o dos excluídos e propõe metodologias para a pesquisa nesta esfera comunicacional, detalhados no começo deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As idéias de Rui Barbosa, Danton Jobim, Luiz Beltrão e Carlos Lacerda serão sempre contemporâneas. Temas como liberdade de imprensa, ética, opinião pública e o papel do jornalista na sociedade permearam as reflexões destes personagens e ainda estão muito presentes nos dias atuais.

Até mesmo nos olhares diferentes que cada um teve sobre um assunto específico ainda polariza as visões dos intelectuais de agora. Sobre a industrialização da imprensa, por exemplo, Rui Barbosa e Danton Jobim discordam. Jobim rebate os críticos do sistema capitalistas que dizem que nunca haverá imprensa totalmente livre, em função dos interesses de seus proprietários. Jobim acredita que a imprensa como grande empresa industrial está mais imune a interferências. Rui Barbosa, por sua vez condena a mercantilização da imprensa.

Em sua obra, Danton Jobim pede que evitem os exageros em relação ao poder do papel da imprensa. Para ele nenhum jornal tem força para mudar, por si mesmo, a sorte de um povo, em que pesem as hipérboles com que se costuma engrandecer os discursos. Enquanto que Rui Barbosa superestima o poder desta imprensa. Em comum eles têm a defesa da liberdade e a idéia de que esta está condicionada a existência de governos democráticos.

Sobre a universidade, Jobim defende o ensino em nível universitário e não meramente profissional. Rui Barbosa via a Universidade como um poder autônomo e não como instrumento de outro poder. Luiz Beltrão defendeu o ensino e a formação ética dos profissionais.



Lacerda opera com dois patronos de sua formação: Rui Barbosa e Alceu Amoroso Lima. De Rui sublinha a proposição – o jornalista é o político; de Alceu ele escolhe a outra – o jornalista é o zelador da comunidade;

Coube a Luiz Beltrão a oportunidade de concretizar algumas das iniciativas vislumbradas por Danton Jobim no campo dos estudos científicos do Jornalismo. Jobim e Beltrão ministraram cursos no Ciespal (Quito). Jobim: Métodos de enseñanza orientados para la prensa (1961). Beltrão: Metodologia do ensino de técnica de jornal (1963)

Sobre a opinião pública, outro tema abordado por eles, Lacerda acha que o repórter reinterpreta a opinião pública, fugindo da premissa de mediador social. Ampliando a visão de Rui Barbosa que vê a imprensa como uma tribuna de propagação de opinião já formada sobre questões sociais. Lacerda enfatiza o caráter profissional do jornalista, com uma competência delimitada por regras de condução.

Lacerda opera com dois patronos de sua formação: Rui Barbosa e Alceu Amoroso Lima. De Rui sublinha a proposição – o jornalista é o político; de Alceu ele escolhe a outra – o jornalista é o zelador da comunidade.

Danton Jobim e Carlos Lacerda iniciaram suas vidas profissionais calcadas das idéias marxistas. Transformadas ao longo da trajetória intelectual. Já Rui Barbosa, que viveu em outro contexto social e político, começou como defensor da Monarquia e depois migrou para a defesa da República.

Trajatórias intelectuais brilhantes, estes jornalistas pensaram acima de tudo o Brasil, a realidade de seu país, fizeram comparações com outras experiências, principalmente a de países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Inglaterra. Através destas comparações sobre modelos de democracia e de imprensa, trouxeram para o Brasil inovações importantes, contribuíram para a imprensa, mas acima de tudo contribuíram para formação de uma nova sociedade, uma nova democracia que se via fragilizada por intermitentes ameaças internas e externas. Contribuíram para a formação de um pensamento brasileiro que, mesmo miscigenado de influências tantas, busca, décadas depois a solidificação e o respeito internacional, e não podemos negar que as sementes foram plantadas por eles.

REFERÊNCIAS



BARBOSA, Rui. **A imprensa e o dever da verdade**. São Paulo: Com-Arte; Editora da Universidade de São Paulo, 1990, 80 p. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro;

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo, Edusp. 1990. 200 p.

LACERDA, Carlos. **A missão da imprensa**. São Paulo, Edusp. 1990. 85 p.

_____ **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

DINES, Alberto. Entrevista fornecida ao projeto “**Memória da Imprensa Carioca**” em 21 de agosto de 2002. Rio de Janeiro: UERJ. <http://www2.uerj.br/~cte/download/alberto_dines.pdf>, p.3. Acesso em 15 jun 2009.

MARQUES DE MELO, José. O Jornalismo de Rui Barbosa. In: **Obras Completas de Rui Barbosa: Jornalismo**. Diário de Notícias. Ministério da Cultura Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1997. Vol. XXXVIII 1911 e Vol. XXXIV 1912.

_____ Rui Barbosa – polemista. In: **Jornalismo Brasileiro**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____ **Estudos de Jornalismo Comparado**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972.

PEREIRA, Carmen Lúcia. Rui Barbosa, jornalista emblemático da transição republicana. In: MARQUES DE MELO, José. **Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história** São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005. Vol. 1